

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No final do encontro entre os dirigentes da Comunidade Intermunicipal da região (CIMAL) e a Ministra da Coesão Territorial, decorrido em Novembro de 2022, foi anunciado que: “O Alentejo Litoral deverá beneficiar de um apoio de 98,9 milhões de euros para minimizar o efeito na economia do encerramento da Central Termoelétrica de Sines”, sem que no intervalo de tempo daí decorrido tenha existido qualquer esclarecimento sobre a aplicação concreta da verba anunciada.

Apesar do encerramento da Central Termoelétrica de Sines constituir uma medida importante no contributo para a descarbonização da economia, no quadro do combate às alterações climáticas, seria condição imperativa garantir os direitos dos trabalhadores.

Hoje podemos ver como grande parte dos trabalhadores ficaram para trás, restando poucos em formação e com o subsídio de desemprego a expirar. O exclusivo interesse economicista da EDP com o respaldo do Governo, resultou na incapacidade de garantir um processo de transição justa que só não foi mais grave devido à intervenção sindical.

No passado dia 7 de setembro de 2023 foi instalado o Observatório para a Transição Justa do Alentejo Litoral, realizado à porta fechada, mas que contou com a presença do Governo, da comunidade intermunicipal, das autarquias, das grandes empresas da região, dos representantes dos sectores da agricultura e turismo, aqueles têm conduzido à crise social e ecológica que enfrentamos.

A criação deste observatório, que é parte integrante do Fundo para a Transição Justa (FTJ), tem como principal missão mitigar os impactos sociais, económicos e ambientais da transição energética necessária para cumprir as metas energéticas e climáticas da União Europeia no Acordo de Paris.

No entanto, todo este processo tem sido conduzido de forma pouco transparente e antidemocrática, que tem excluído a participação das organizações representativas dos

trabalhadores e das associações ambientalistas. Nada dito relativamente à priorização de novos empregos e sem perda de rendimentos para os trabalhadores afetados pelo encerramento da Central Termoelétrica de Sines. O mesmo acontece no que diz respeito aos apoios a projetos e indústrias ambientalmente limpas e de controlo público, designadamente na produção pública de energia renovável e mobilidade suave de gestão municipal.

É urgente que as entidades com responsabilidade direta nesta matéria assumam a suas responsabilidades políticas e respondam perante quem é afetado diretamente por estas decisões tomadas de forma unilateral.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Coesão Territorial, as seguintes perguntas:

1. Qual a aplicação ou aplicações concretas para a verba anunciada?
2. Qual o número de novos empregos previsto?
3. Os trabalhadores afetados vão ter prioridade nos novos empregos criados, sem perda de rendimentos?
4. O montante apoiará exclusivamente projetos e indústrias ambientalmente limpas?
5. Parte do fundo anunciado vai ser direcionado para a produção pública de energia renovável ou mobilidade suave por parte dos Municípios envolvidos?

Palácio de São Bento, 12 de setembro de 2023

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)